

## 5 Conclusão

“On Denoting” é um dos artigos mais influentes da filosofia contemporânea. Recentemente, Kripke afirmou: “In analytic philosophy, contemporary Anglo-Saxon philosophy, Russell’s ‘On Denoting’ is surely the most famous paper written in the first half of the twentieth century” (2005, p. 1005). A proeminência desse artigo deve-se, entre outras coisas, à sua teoria das descrições definidas.

Essa teoria, apesar de ter sido proposta há mais de cem anos, ainda é a teoria das descrições mais influente na filosofia. Isso pode ser atestado pela quantidade e pela quantidade das recentes publicações sobre esse tema.

Em 2004, por exemplo, a Oxford University Press publicou “Descriptions and Beyond”. O livro (de 655 páginas) é formado por uma série de artigos originais sobre descrições definidas e descrições indefinidas. Os artigos discutem um grande número de questões: da semântica e da pragmática de descrições à sua relação com outras expressões, como pronomes pessoais e nomes próprios. Embora não seja um livro sobre a teoria de Russell, deve-se destacar que vários de seus artigos são dedicados precisamente a ela (como, por exemplo, os artigos de Neale, de Bach, de Salmon, de Nunberg, de Devitt, de von Fintel e de Ludlow e Segal).

No ano seguinte, a revista “Mind” publicou um número especial, dedicado ao centenário da publicação de “On Denoting”. O número (com 435 páginas) foi editado por Stephen Neale e contou com contribuições de filósofos eminentes tais como Richard Cartwright, Kripke, Kaplan, Salmon, Schiffer e Szabó.

Recentemente, Graham Stevens publicou, pela Palgrave-Macmillan, “The Theory of Descriptions: Russell and the Philosophy of Language” (2011). Nesta obra, o autor apresenta o desenvolvimento da teoria de Russell, bem como seus desenvolvimentos mais recentes.

Todas essas publicações ilustram o fascínio que a teoria de Russell exerce até hoje sobre os filósofos.

Uma das conclusões importantes da tese é que, em linhas gerais, Russell estava certo. Descrições definidas são expressões de generalidade ou, mais especificamente, expressões de quantificação. Quando uma pessoa profere uma frase da forma “o F é G”, ela não expressa uma proposição singular, mas uma proposição geral. Numa palavra, uma descrição definida (singular) é sempre usada para expressar uma proposição que é independente da sua denotação.

Inspirando-se nas ideias de Donnellan (1966/1998, 1968), alguns autores puseram em dúvida a adequação da teoria de Russell. Indo numa direção oposta à aqui defendida, esse autores sustentaram que descrições definidas possuem mais (e não menos) conteúdo semântico do que a teoria de Russell afirma. Para eles, descrições definidas não estariam apenas associadas a um significado quantificacional, mas também a um significado referencial. Em outras palavras, descrições definidas seriam ambíguas. Dependendo das intenções do falante, uma frase do tipo “o F é G” pode expressar uma proposição geral ou uma proposição singular.

Desde cedo, entretanto, vários autores se convenceram que as objeções de Donnellan poderiam ser respondidas apelando-se para a distinção (griciana) entre aquilo que alguém diz ao proferir uma frase e aquilo que ele meramente quis dizer ao proferir essa frase.

Essa defesa pragmática da teoria de Russell surge no fim dos anos sessenta (Grice, 1969/1998), mas ganha força apenas nas décadas seguintes (primeiro com Kripke, 1977/1998 e depois com Bach, 1987; Salmon, 1982, Soames, 1986/1998). A defesa tem vários pontos em seu favor: ela seria mais simples e mais geral do que a teoria da ambiguidade e, para muitos filósofos, ela também é mais intuitiva. Por causa disso, a ideia que descrições definidas são expressões de quantificação que meramente admitem “usos” referenciais tornou-se extremamente influente. Bach, por exemplo, escreve:

Philosophers may disagree about which particular sorts of expressions are capable of referring, but there is general consensus that at least some deserve the label ‘referring expression’. For example, it is widely supposed that proper names, indexicals, and demonstratives are referring expressions, with allowances made for reference failure if not for nonreferential uses. It is almost as widely supposed that definite descriptions are not referring expressions, even though they can be used to refer, and are, rather, quantifier phrases. (2006, pp. 541-542)

Entretanto, há uma consequência teórica que escapou a esses filósofos, pelo menos até recentemente, a saber: que a Navalha de Occam Modificada não se aplica apenas à teoria de Donnellan. Ela também se aplica à própria teoria de Russell.

Chegamos a outra conclusão importante da tese: uma teoria deflacionista de descrições definidas é preferível a uma teoria não deflacionista. As mesmas considerações que usamos para rejeitar a natureza verocondicional do uso referencial (simplicidade, generalidade, etc.), estendem-se naturalmente à implicação de unicidade de descrições definidas. Portanto, apesar de nossas intuições linguísticas, a teoria deflacionista afirma que proferimentos de frases da forma “o F é G” não estão (semanticamente) associados a condições de unicidade. Para que um proferimento de “o F é G” seja verdadeiro, basta que, em relação ao contexto do proferimento, haja um F que seja G. A proposição “que há no máximo um F” não faz parte daquilo que um falante expressa ao proferir uma frase da forma “o F é G”, embora possa fazer parte aquilo que ele comunica.

Em particular, argumentamos que uma versão da teoria deflacionista é preferível às demais. Essa versão se apoia substancialmente nas ideias de Grice, distinguindo-se das demais tanto em termos metodológicos quanto de conteúdo.

A teoria deflacionista que defendemos, por exemplo, não faz uso da noção de implicatura convencional. Pelo contrário, defendemos que o uso que Ludlow e Segal fazem dessa noção é incorreto. Implicaturas convencionais são semânticas e, portanto, não podem ser canceladas. A implicação de familiaridade de descrições definidas pode, em vários casos, ser cancelada; o que sugere que elas não são implicaturas convencionais.

A teoria deflacionista que defendemos também não faz uso da noção de arquivos mentais. O argumento aqui é metodológico. Ao contrário do que Szabó afirma, tudo que precisamos para defender uma concepção deflacionista está presente na teoria das implicaturas conversacionais de Grice. Portanto, arquivos mentais não seriam apenas “especulativos” (como o próprio Szabó concede), mas supérfluos.

Além disso, contra as teorias de Szabó e de Ludlow e Segal, defendemos que as noções de familiaridade e de novidade não desempenham nenhum papel especial para a concepção deflacionista. Afinal, como argumentamos na tese, a distinção entre familiaridade e novidade não captura a “essência” da distinção entre descrições definidas e descrições indefinidas. Há casos razoavelmente claros nos quais a distinção entre descrições definidas e indefinidas não pode ser explicada em termos de familiaridade e novidade.

Entre os possíveis méritos da tese, podemos mencionar: (a) a apresentação e a defesa de uma teoria original das descrições definidas, (b) a exibição de novas relações e, até certo ponto, inesperadas consequências do debate entre russellianos e donnellianos e do debate entre deflacionistas e não deflacionistas e (c) a ampliação do entendimento das principais questões levantadas por esses debates.

Por fim, mencionaremos dois futuros desdobramentos para as questões levantadas na tese. Primeiro, o que resultaria da comparação entre a teoria deflacionista e outras teorias das descrições definidas? Em certo sentido, podemos ver a teoria deflacionista e as teorias de Russell e de Donnellan como “irmãs”, pois elas compartilham uma série de pressupostos teóricos (como referência, significado, bivalência, etc.). Isso facilita o debate e a comparação de teorias. Entretanto, nem toda teoria de descrições definidas compartilha esses pressupostos. As teorias fregianas, por exemplo, concebem as noções de referência e de significado de forma muito peculiar. Além disso, elas não se comprometem (necessariamente) com a noção de bivalência e, em geral, introduzem no debate novos elementos teóricos (e. g., uma concepção “semântica” de pressuposição). Segundo, será que toda implicação (não semântica) de unicidade pode ser explicada em termos de um único princípio conversacional (digamos, a máxima da quantidade)? *Ceteris paribus*, uma teoria que explica todos os casos de unicidade apelando para um único princípio conversacional seria preferível a uma teoria que o faz apelando para vários princípios conversacionais (como fizemos na tese). Estas questões são interessantes e merecem investigação detalhada.